DOSSIÊ CRISE DO CAPITAL E ALTERNATIVAS DE ESQUERDA

Crise capitalista e acirramento da luta de classes: uma leitura nos 200 anos de Marx

Marcelo Badaró Mattos[1]

Há 170 anos, como sabemos, Marx e Engels afirmavam no Manifesto Comunista que "*Um espectro ronda a Europa: o espectro do Comunismo*", para na página seguinte completarem que "*a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes*".[2]

120 anos depois, há cinco décadas, em maio de 1968, lia-se pelos muros de Paris coisas como "*nous oublions jamais la lutte de clase!*" (Não esqueçamos jamais da luta de classes!). A luta de classes continua a rondar-nos, mesmo quando dominantes e dirigentes querem espantá-la como a um espectro.

Na França, mesmo algumas das figuras mais emblemáticas do maio de 68, quiseram esquecer aqueles acontecimentos de potencial revolucionário.[3] Porém, neste ano de 2018, estudantes voltaram a ocupar universidades, em protesto contra projetos de conversão completa do ensino superior à lógica empresarial, e trabalhadores fizeram greve para combater as (contra)reformas trabalhistas de Macron.

No Brasil, na mesma época, o país parou por uma semana num disputado e complexo movimento de greves de caminhoneiros, ao qual se seguiu uma reprimida greve de petroleiros, abrindo espaço, mesmo que censurado pelas corporações da mídia, para discussões sobre política energética e de combustíveis, ou até mesmo soberania nacional.

A intenção deste texto é colocar em diálogo, ainda que brevemente, algumas referências à crise e luta de classes a partir de Marx, com certas características do nosso momento histórico, a começar pelas características da classe trabalhadora hoje. O olhar sobre a luta de classes procurará ir além dos aspectos relacionados diretamente ao "conflito capital x trabalho" a partir dos locais de produção. O caminho da exposição envolve algumas digressões que

---

[1] Professor da Universidade Federal Fluminense. Este texto é uma versão ampliada do que serviu de base para minha intervenção na mesa de encerramento do XXIII Encontro Nacional de Economia Política. Agradeço aos organizadores pelo convite e aos participantes pelo instigante debate.

[2] MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*, São Paulo, Boitempo, 1998, pp.39-40.

[3] Como Daniel Cohn Bendict, que em 2008 lançou um livro chamado *Forget 68*!, optando pelo título em inglês mesmo para uma edição francesa.

fogem da linearidade, mas espera-se que ao fim do artigo o conjunto do argumento possa ser recuperado.

Marx, as crises e a luta de classes

Começamos por recuperar, muito sinteticamente, uma discussão conhecida sobre a relação entre a dinâmica das crises capitalistas e a luta de classes, a partir de Marx. Sabemos que a correlação que Marx fazia no fim dos anos 1840 entre crise e revolução, alterou-se nos dez anos seguintes, em função de seus estudos sobre o capitalismo e, especialmente, sobre a crise aberta em 1857. Em 1850, discutindo a situação que culminou com as revoluções de 1848 e a derrota das forças revolucionárias, Marx associava diretamente crise e revolução, afirmando que "*Uma nova revolução só é possível na sequência de uma nova crise. É, porém, tão certa como esta*."[4]

A crise capitalista posterior em cerca de uma década à revolução de 1848, pela qual Marx esperou ansiosamente e a qual acompanhou detalhadamente, não resultou em nenhuma situação revolucionária no continente europeu. Como afirmou Demian Melo, "*o ritmo das lutas de classes, embora possa ser contagiado pelo mal-estar econômico, possui uma temporalidade própria. Se em 1848 os tempos da crise econômica e da revolução concordaram, Marx pode ver que em 1857-58 eles discordaram*."[5]

No entanto, longe de simplesmente decepcionar-se com a realidade, Marx aprofundou sua compreensão da dinâmica contraditória da acumulação capitalista, o que se refletiu nos *Grundrisse*, na *Contribuição à Crítica da Economia Política* e, principalmente, em *O Capital.* E se a correlação entre crise econômica e solução revolucionária da luta de classes deixou de ser estabelecida, a análise das crises fortaleceu o argumento de Marx sobre o sentido histórico – não "natural" – do capitalismo e sobre as contradições que abririam espaço para sua superação.

Um bom exemplo do tipo de discussão que Marx levou adiante nessa direção pode ser encontrado na famosa passagem do capítulo XXIV em que afirma a potencialidade revolucionária da expropriação dos poucos usurpadores pela massa do povo:

> A transformação da propriedade privada fragmentária, baseada no trabalho próprio dos indivíduos, em propriedade capitalista, é, naturalmente, um processo incomparavelmente mais prolongado, duro e dificultoso do que a transformação da propriedade capitalista – já fundada, de fato, na organização social da produção – em propriedade social. Lá, tratava-se da

[4] MARX, Karl. As lutas de classes na França de 1848 a 1850. In: *A Revolução antes da Revolução*, São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 183.
[5] MELO, Demian Bezerra de. Marx, as crises e a revolução, *Outubro*, nº 20, 1° semestre 2012, p. 143.

> expropriação da massa do povo por poucos usurpadores; aqui, trata-se da expropriação de poucos usurpadores pela massa do povo.[6]

E relembra em nota os trechos do *Manifesto* em que ele e Engels previram: "*A burguesia produz, sobretudo, seus próprios coveiros. Seu declínio e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis" e "De todas as classes que hoje em dia se opõem à burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária*."[7]

Como, portanto, poderíamos, diante da situação atual, mesmo reconhecendo que não há uma relação de necessidade entre a emergência das crises capitalistas e o acirramento da luta de classes na direção de movimentos revolucionários, avaliar o grau de contradição social latente e o lugar do "coveiro" da burguesia?

Se concordamos, mesmo que com diferenças de ênfase, com a discussão apresentada por Michael Roberts,[8] de que a dificuldade de superação da crise capitalista e a tendência à depressão econômica no período que atravessamos deriva fundamentalmente da tendência à queda da taxa de lucro (apontada por Marx), uma das consequências dessa situação para o capital é a necessidade de ampliar a taxa de extração de mais-valor sobre o trabalho, tanto no centro como na periferia do mercado mundial capitalista. O que inclui a quebra de qualquer barreira legal a essa ampliação, impulsionando as chamadas "reformas trabalhistas" mundo afora. O mesmo impulso leva o capital a avançar também sobre o "fundo público", tanto para transferir recursos orçamentários dos Estados em socorro aos grandes conglomerados em dificuldade, quanto para submeter totalmente à lógica da mercadoria esferas de reprodução da vida social que eventualmente foram, durante algum tempo, supridas através de serviços públicos, tornados direitos sociais por conquista das lutas da classe trabalhadora.

O quadro de crise capitalista atual e as "medidas de austeridade" descortinam o caráter absolutamente excepcional na história do capitalismo tanto do que foi chamado de modelo do emprego padrão – que vigorou apenas em algumas regiões do Norte do Globo, por menos de três décadas e para uma parcela da classe trabalhadora (masculina, branca e nativa em especial) – quanto das políticas que configuraram o chamado "Estado de Bem-Estar-Social". Mas, a luta pela manutenção dessas conquistas "civilizatórias" da classe trabalhadora é central neste momento.

---

[6] MARX, Karl. *O Capital. Crítica da Economia Política,* Livro I, São Paulo, Boitempo, 2013, p. 833.
[7] MARX & ENGELS. *O manifesto comunista*, op. cit., p. 49 e 51.
[8] ROBERTS, Michael. *The long depression:* how it happened, why it happened and what happens next. Chicago, Haymarket, 2016.

Os trabalhadores do mundo hoje, e Marx

Em 2017, a população global foi estimada em cerca de 7,6 bilhões de pessoas. Há cinquenta anos éramos menos da metade disso.[9] Em 1950, apenas 30% da população mundial habitava as cidades. Em 2014, 54% do total de habitantes do mundo vivia nos centros urbanos.[10] Essa mudança indica uma intensificação absurda do processo de proletarização nos últimos anos.

No mundo como um todo, a força de trabalho (entendida como a população maior de 15 anos empregada, desempregada à procura de emprego e procurando emprego pela primeira vez; e excluídos os trabalhadores não pagos, o trabalho familiar e os estudantes) foi estimada, pela Organização Internacional do Trabalho, através de dados do Banco Mundial para 2016, em 3,427 bilhões de pessoas. Em 1990, eram 2,342 bilhões de pessoas. Tomando esse intervalo de cerca de um quarto de século, o percentual da força de trabalho em relação ao total da população era de 44,31% em 1990 e em 2016 chegou a 46,04%. Há desequilíbrios regionais significativos, especialmente entre as economias nacionais do Hemisfério Norte, mais desenvolvidas e as do Sul global, onde se encontram as menos desenvolvidas. Entre aquelas 47 nações que a ONU considera menos desenvolvidas, por exemplo, a participação da força de trabalho na população total era de 40,59% em 1990 e atingiu os 42,27% em 2016. Desigualdades ainda maiores podem ser encontradas se adicionamos os dados geracionais e de gênero. O percentual de mulheres na força de trabalho esteve sempre ao redor dos 40%, ao longo do período entre 1990 (quando eram 39,54% do total) e 2016 (39,38%).[11]

Dados estimados pela OIT indicam que o número de pessoas empregadas no mundo cresceu no período recente: eram 2,614 bilhões em 2000 e em 2016 teriam chegado a 3,253 bilhões. Em termos de distribuição pelos setores da economia, ainda segundo a OIT, em 2000: 39,6% dessa força de trabalho era empregada na agricultura, enquanto 19,5% na indústria e 40,9% nos serviços. Já em 2016, eram: 29,1% na agricultura, 21,5% na indústria e 49,4% nos serviços.[12]

---

[9] Os dados da população mundial e as perspectivas de crescimento futuro podem ser encontrados no relatório da ONU, *World Population Prospects The 2017 Revision,* disponível em https://esa.un.org/unpd/wpp/Publications/Files/WPP2017_KeyFindings.pdf, última consulta em julho de 2017.

[10] *World urbanization prospects*, New York, United Nations, 2014, disponível em http://esa.un.org/unpd/wup/Highlights/WUP2014-Highlights.pdf, última consulta em junho de 2017.

[11] Conforme os dados dos vários tópicos relativos a emprego e gênero do Banco Mundial, disponibilizados em sua base digital http://data.worldbank.org, última consulta em julho de 2017.

[12] As planilhas de dados sobre emprego no mundo da OIT podem ser consultadas em http://www.ilo.org/global/statistics-and-databases/lang--en/index.htm, última consulta em junho de 2017. As estimativas do Banco Mundial são ligeiramente distintas. Segundo aquela instituição, eram 2.290 bilhões os postos de trabalho ocupados em 2000 e 3.114 em 2013 (último ano para o qual dispunha de dados quando desta pesquisa de dados). Conforme http://datatopics.worldbank.org/jobs/, última consulta em junho de 2017.

O crescimento dos postos de trabalho, porém, é insuficiente para absorver todos os trabalhadores que chegam anualmente ao mercado de trabalho em busca do primeiro emprego, 40 milhões por ano, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em relatório datado de 2015,[13] além daqueles que estão desempregados.[14] O relatório aponta cerca de 201 milhões de desempregados no mundo naquele mesmo ano, superior em 30 milhões ao total no início da nova fase da crise capitalista em 2008. As mulheres (ocupando cerca de 40% da força de trabalho, como vimos), foram as mais atingidas pela crise, respondendo por cerca de 73% do déficit de empregos.[15] Também revelador é o dado de que cerca de 50% do emprego no mundo é assalariado, mas em regiões como a África Sub-Sahariana e o Sul Asiático, esse percentual cai a 20%. Além disso, estimava-se em menos de 45% o total de assalariados regulares, sendo quase 60% contratados em empregos temporários ou de tempo parcial. Entre esses trabalhadores "precários", as mulheres também são maioria significativa.[16]

Com base nesses dados, a OIT afirma que a grande marca do mercado de trabalho mundial atual é a precariedade: "*em resumo, o modelo do emprego padrão* [estável e de tempo integral] *é cada vez menos representativo do mundo do trabalho atual, pois menos de um em cada quatro trabalhadores está empregado em condições correspondentes a esse modelo*". Por outro lado, no que concerne à "produtividade" do trabalho, o mesmo documento constata uma "*crescente divergência entre os ganhos do trabalho e a produtividade, com a última crescendo mais rápido que os salários na maior parte do mundo*".[17]

Tomando em conta os elementos da discussão sobre a classe trabalhadora abertos por Marx e Engels e confrontando-os com o quadro contemporâneo, muitas discussões parecem fazer tanto sentido hoje quanto na época em que escreveram. Por exemplo, podemos lembrar as teses de *O Capital*, associadas à ideia da "lei geral da acumulação". É o caso da afirmação de Marx segundo a qual "*acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado*", que é confirmada globalmente pelo crescimento da força de trabalho disponível para a exploração capitalista, acelerado nas últimas décadas. O contingente de mais de três bilhões de pessoas ocupadas, é complementado por mais de 200 milhões de desempregados, confirmando também outra tese marxiana relacionada à "lei geral da acumulação": aquela que afirma que "*toda a forma de movimento da indústria moderna deriva, portanto, da transformação constante de uma parte*

[13] OIT. *World employment*, *and social outlook 2015: The changing nature of jobs,* Geneva: ILO, 2015, p. 13.
[14] A taxa de desemprego no mundo, segundo o Banco Mundial, em 2016 era de 5,75%. em http://data.worldbank.org/indicator/SL.UEM.TOTL.ZS, última consulta em julho de 2017.
[15] OIT. *World employment*, p. 18.
[16] Ibidem, idem, p. 13.
[17] Idem, p. 13

da população trabalhadora em mão de obra desempregada ou semiempregada."[18]

Pelas estimativas disponíveis para o planeta, é possível perceber que o peso relativo dos trabalhadores produtivos na força de trabalho planetária se comporta de forma bastante desigual. As estatísticas internacionais não contemplam a amplitude do sentido da categoria "trabalho produtivo" em Marx,[19] permitindo-nos apenas uma aproximação através dos dados sobre emprego na indústria de transformação. Em Marx, o trabalho produtivo envolvia muitos outros setores da classe, que as estatísticas computam como trabalhadores em serviços e até trabalhadores agrícolas. Tendo em vista, então, esta limitação, registra-se um declínio do percentual de empregados nas fábricas na maioria dos países de desenvolvimento industrial mais antigo, em que o trabalho agrícola tem peso muito pequeno e o setor de serviços cresceu muito nas últimas décadas. Mas, também observamos que, nas regiões mais densamente povoadas do Sul do Globo, houve uma tremenda expansão industrial recente, que sustentou um crescimento absoluto e um equilíbrio relativo no percentual de trabalhadores industriais em escala global. Vale lembrar que o declínio relativo do emprego produtivo (produtor de mais-valor) não é estranho à discussão que Marx desenvolveu. Em *O Capital*, Marx afirma que "*o extraordinário aumento da força produtiva nas esferas da grande indústria (...) permite empregar de modo improdutivo uma parte cada vez maior da classe trabalhadora*."[20]

Ainda assim, se quiséssemos ficar em "apenas" um exemplo, os mais de 200 milhões de chineses e chinesas empregados nas fábricas já são um bom indicador de que o capitalismo global pode ser mais "financeirizado", mas não pode prescindir da extração de mais-valor em quantidades crescentes no processo da produção. Ou seja, o operariado fabril está longe de desaparecer, nessa como em outras partes do mundo. E continua em movimento.

No entanto, recordemos novamente Marx, não é apenas no operariado fabril que devemos procurar a classe trabalhadora e, portanto, o sujeito potencial da transformação revolucionária da sociedade. O proletariado é muito mais amplo e envolve os trabalhadores produtivos e improdutivos, empregados e desempregados, formais e informais, mais ou menos precários (embora a proletarização envolva sempre precarização em algum grau), assalariados regulares ou não.

O recurso às observações de Marx também nos permite explicar de forma mais satisfatória o aparente descompasso apontado pela OIT através da constatação de uma "*crescente divergência entre os ganhos do trabalho e a*

---

[18] MARX, K. *O Capital*, Livro I, op. cit., p. 708.

[19] Segundo Marx, "*só é produtivo aquele trabalho – e só é trabalhador produtivo aquele que emprega a força de trabalho – que diretamente produza mais-valia; portanto, só o trabalho que seja consumido diretamente no processo de produção com vistas à valorização do capital.*" MARX, Karl. *O Capital, Livro I, Capítulo VI (Capítulo inédito)*, São Paulo, Ciências Humanas, 1978, p.70.

[20] MARX, K. *O Capital*, Livro I, op. cit., p. 518.

produtividade, com a última crescendo mais rápido que os salários na maior parte do mundo". Mais que um descompasso, essa é a própria lógica sistêmica da acumulação capitalista que Marx explica em sua obra. Afinal, a perspectiva apresentada em *O Capital* permite discernir melhor a contraditória dinâmica através da qual a acumulação capitalista depende sempre de um processo de incessante transformação de grupos humanos em massas proletarizadas, embora tenda a gerar uma superpopulação relativa também crescente, assim como um pauperismo (absoluto e/ou relativo) que agrava a chamada "questão social".

Face ao exposto, continua válido reivindicar – com todas as mediações das contratendências político-ideológicos que limitam a conflitividade social – a atualidade daquela conclusão que Marx apresentou em seu estudo da "acumulação primitiva" em *O Capital*, de que "*aumenta a massa da miséria, da opressão, da servidão, da degeneração, da exploração, mas também a revolta da classe trabalhadora*"?[21]

Para encaminhar uma resposta a essa questão permito-me duas digressões: uma sobre imigração e racismo e outra sobre a questão da reprodução social.

Exploração, opressões e reprodução social

Muitos dos trabalhadores e trabalhadoras mais precarizados são imigrantes. Segundo a OCDE, os imigrantes são responsáveis por 47% do crescimento da força de trabalho nos Estados Unidos e por 70% na Europa, entre os anos de 2002 e 2012. No mesmo relatório destacam-se as vantagens dessa migração para os países de desenvolvimento capitalista mais avançado, entre as quais o preenchimento de "nichos" do mercado de trabalho e sua contribuição para a "flexibilidade" dos mesmos.[22] Por "nichos" do mercado devemos entender, na maior parte das vezes, os empregos com menor exigência de qualificação e com remuneração mais baixa; já "flexibilidade", como sabemos, é o termo edulcorado para relações contratuais com menos garantias para os empregados.

Na Europa, em que o tema das migrações gera debates acirrados, há 35,1 milhões de imigrantes de fora da União Europeia (20,7% deles sem cidadania nos países em que residem) e 19,3% de nascidos em outros países da UE. Ainda assim, apesar de todo o alarde, segundo os dados oficiais, apenas 4,1% da população residente nos 28 países da União Europeia é composta por imigrantes vindos de outras regiões do mundo que não possuem cidadania europeia. O desemprego é o dado mais eloquente da precariedade dos migrantes no mercado de trabalho. Em 2015, para uma taxa de 9,2% de desemprego entre a população de 20 a 64 anos no conjunto dos 28 países, os não-cidadãos da UE experimentavam 18,9% de desemprego na mesma faixa etária. Entre os não-

[21] MARX, K. *O Capital*, Livro I, op. cit., p. 832.
[22] OCDE. *Migration Policy Debates* , May 2014, pp.1-2.

cidadãos também são observadas taxas mais elevadas de empregos temporários e *part-time*.[23]

A contribuição positiva dos migrantes para as economias nacionais de destino é fora de discussão pelos dados econômicos frios. Em muitos países europeus, com sua população nativa envelhecida e taxas de natalidade muito baixas, a expectativa é de que só os fluxos imigratórios poderiam garantir um suprimento de força de trabalho tal que se preserve o "(des)equilíbrio natural" do mercado de trabalho capitalista. Em Portugal, por exemplo, divulgaram-se estimativas de que, sem imigração, a população do país declinará dos atuais 10,4 milhões de habitantes para 7,8 milhões em 2060.[24] Apesar de toda a retórica política de direita, de que os migrantes roubariam empregos e usufruiriam dos benefícios de um Estado de Bem-Estar Social pago pelos contribuintes dos países mais ricos, o inverso é a verdade. Dados de um estudo sobre o Reino Unido demonstraram que:

> Os imigrantes de estados-membros [da UE] que entraram no país entre 2000 e 2011, contribuíram com mais 34% de impostos do que receberam benefícios e apoios do Governo do Reino Unido. Já os imigrantes vindos de fora da Europa comunitária contribuíram com mais 2% de impostos do que aquilo que receberam em apoios. Curiosamente, o mesmo não se pode dizer dos nascidos em Inglaterra: em média, os impostos pagos pelos ingleses foram inferiores em 11% aos benefícios recebidos.[25]

A imigração atua, portanto, no mais das vezes, como fator de expansão da superpopulação relativa e, por isso mesmo, a precariedade laboral é muito elevada entre os contingentes de trabalhadores e trabalhadoras que migram. Ainda assim, a competição por postos de trabalho entre imigrantes e locais não é, na maioria dos casos, direta, já que os imigrantes costumam ocupar os "nichos" de menor remuneração, que atraem poucos trabalhadores e trabalhadoras locais, ou em situações muito específicas são recrutados para funções extremamente qualificadas para as quais as empresas locais enfrentam uma falta absoluta de força de trabalho especializada.

Mas, a imigração não é simplesmente estimulada, nem se dá de forma livre e tranquila, sabemos bem. Em 2015 mais de um milhão de refugiados entraram na Europa pelo Mediterrâneo, vindos do litoral norte da África; no ano seguinte foram 363.500. Viajam em barcos precários, traficados a um custo elevado, e com um risco absurdo (naquele mesmo ano de 2016, 5.143 morreram

---

[23] Os dados deste parágrafo são do relatório do Eurostat, *Migrant integration*, 2017, pp. 14-29. Disponível em http://ec.europa.eu/eurostat/documents/3217494/8081569/KS-01-17-539-EN-N.pdf/3eba7121-91fd-4512-aeb5-b820a55517e2, última consulta em julho de 2017.

[24] Conforme https://fronteirasxxi.pt/migracoes/, última consulta em julho de 2017.

[25] Dados de um estudo conduzido por Christian Dustmann e Tommaso Frattini, citados por Joana Ferreira da Costa, "Imigrantes: como os estudos desmentem mitos de ameaça ao emprego e à economia", disponível em https://fronteirasxxi.pt/estudos-imigracao/, última consulta em julho de 2017.

na tentativa de travessia), para serem muitas vezes recebidos como criminosos e acantonados em campos de concentração para refugiados.[26]

É evidente que apesar de toda sua funcionalidade para a garantia de que a superpopulação relativa nos países do Hemisfério Norte, na Europa e nos Estados Unidos a imigração é um tema político explosivo, mobilizando elevadas cargas de racismo e xenofobia, justamente porque, como afirmava Marx em relação à introdução dos trabalhadores empobrecidos irlandeses no mercado de trabalho inglês no século XIX, esta servia não apenas para rebaixar o custo da força de trabalho como um todo, mas também era acompanhada de um esforço ideológico para sustentar visões preconceituosas, cujo efeito principal era enfraquecer a unidade do sujeito social classe trabalhadora. A analogia que utiliza, em um texto de 1870, poucos anos após o fim da guerra civil, é com o racismo manifestado pelos trabalhadores brancos no Sul dos Estados Unidos:

> De fato, em todos os grandes centros industriais da Inglaterra há um profundo antagonismo entre os proletários irlandeses e os ingleses. O trabalhador inglês comum odeia o trabalhador irlandês como um concorrente que rebaixa seu salário e seu padrão de vida; também alimenta contra ele antipatias nacionais e religiosas. É exatamente o mesmo modo como os brancos pobres dos estados sulistas da América do Norte se comportavam em relação aos escravos negros. Esse antagonismo entre os dois grupos de proletários no interior da própria Inglaterra é artificialmente mantido e alimentado pela burguesia, que sabe muito bem que essa cisão é o verdadeiro segredo da preservação de seu próprio poder.[27]

Se a marca maior do mercado de trabalho atual, em escala mundial, é a precariedade, por certo que as condições de trabalhadoras e trabalhadores que imigram são ainda mais marcadas pela precariedade. No entanto, não é apenas em relação a emprego, condições contratuais e direitos que a marca da precariedade se faz presente. As condições de reprodução dessa força de trabalho também são precárias.

O caráter dialético da relação entre explorações, alienação e opressão sob o domínio do capital é o ponto de partida para os esforços da chamada teoria da reprodução social, esforço desenvolvido por feministas socialistas para estabelecer uma base de entendimento unitária da relação entre patriarcado e capitalismo como componentes de uma mesma totalidade. O papel do trabalho reprodutivo (que diz respeito à reprodução da força de trabalho: alimentação, cuidado, reprodução biológica, etc.), exercido quase sempre pelas mulheres, é central para o entendimento dessa totalidade articulada.

---

[26] Dados sobre a travessia do mediterrâneo por refugiados podem ser buscados na ACNUR, Agência da ONU para Refugiados. Informações mais recentes em https://news.un.org/pt/story/2018/08/1633452, última consulta em outubro de 2018.

[27] Apud MUSTO, Marcello (org.). *Trabalhadores, uni-vos! Antologia política da I Internacional*, São Paulo, Boitempo, 2014, pp. 275-76.

A base para esse esforço teórico está na teoria do valor de Marx. Em *O Capital*, Marx explica como a origem do lucro capitalista e da acumulação de capital está no mais-valor extraído da força de trabalho. A força de trabalho, portanto, é a mercadoria capaz de criar valor, mas como se determina o valor da força de trabalho? Assumindo que a venda da força de trabalho em troca de um salário é uma troca de equivalentes, Marx define o valor dessa força de trabalho como aquele correspondente à sua reprodução (os gastos necessários para que a cada dia o trabalhador ou a trabalhadora possa voltar ao local de trabalho e despender sua força de trabalho para o capitalista). Porém, nem tudo o que se necessita para a reprodução é comprado no mercado. Embora Marx não retire essas conclusões, a teoria da reprodução social demonstra como essa "funcionalidade" do trabalho feminino reprodutivo não remunerado é a explicação central para a manutenção da subordinação patriarcal das mulheres na família proletária.

Na aproximação sintética exposta por Tithi Bhattacharya, a sugestão central da teoria da reprodução social reside no seguinte:

> O trabalho humano está no coração da criação e reprodução da sociedade como um todo. A noção de trabalho é concebida, aqui, no senso original a ela atribuído por Marx, como 'a primeira premissa de toda a história humana' – uma premissa que, ironicamente, ele falhou em desenvolver completamente. O capitalismo, entretanto, reconhece o trabalho produtivo para o mercado como a única forma de 'trabalho' legítimo, enquanto o tremendo volume de trabalho familiar, assim como comunitário, que é realizado para sustentar e reproduzir o trabalhador, ou mais especificamente sua força de trabalho, é naturalizado como inexistente. Contra isso, as teorias da reprodução social percebem a relação entre o trabalho dispendido para produzir mercadorias e o trabalho dispensado para produzir pessoas como parte da mesma totalidade sistêmica do capitalismo. Esse enquadramento, portanto, procura tornar visível o trabalho que é analiticamente ocultado pelos economistas clássicos e pelos responsáveis por políticas públicas. [28]

A teoria da reprodução social originou-se dos debates sobre a relação entre opressão de gênero e trabalho doméstico, mas teve seu escopo progressivamente alargado para o conjunto das dimensões da reprodução da vida, muitas vezes, mas não só, ligadas ao trabalho não remunerado e quase sempre associadas de forma naturalizada a papéis de gênero femininos. Esse alargamento permite hoje a discussão sobre as especificidades do trabalho reprodutivo não apenas na esfera familiar, mas também na "esfera pública", no âmbito da educação, cuidado, saúde, assistência, etc., cuja desigualdade na oferta também é

[28] Para uma visão geral e atual dos debates sobre a teoria da reprodução social ver a coletânea: BHATTACHARYA, (ed.). *Social reproduction theory:* remapping class, recentering oppression, London, Pluto, 2017, p. 15.

uma marca da precariedade das condições de vida para a maioria trabalhadora da população.

Podemos nos concentrar em apenas um dos aspectos dessas condições: a questão da moradia. A estimativa da ONU é de 100 milhões de pessoas sem teto no mundo e 1.6 bilhões carentes de habitação adequada. Nos EUA, carro chefe da economia capitalista global, um estudo de 2017 encontrou mais de 550 mil sem-teto no território nacional. Cerca de 60 mil deles estão em Los Angeles, cujas imagens de acampamentos nas calçadas do bairro de *Skid Row,* que circularam recentemente pelas redes sociais, pareceram a muitos uma novidade, quando em realidade são uma realidade que se arrasta há pelo menos três décadas.[29] A presença de imigrantes latinos entre os sem-teto de Los Angeles vem crescendo em taxas bem superiores às do total dessa população nos últimos anos.[30] No conjunto da população sem-teto estadunidense, negros e negras representam mais de 40% do total, embora somem cerca de 12,5% da população total do país.[31]

No Brasil, um estudo oficial de 2013 "*mostra que o déficit habitacional quantitativo* (...) *é de 6.940.691 famílias, o que representa cerca de 22 milhões de pessoas que não tem casa*".[32] Esses números equivalem a mais de 10% da população do país. Nem todos podem ser incluídos na definição mais rígida de sem-teto, mas a maioria dessas mais de 20 milhões de pessoas vive em condições muito precárias (coabitação familiar, comprometimento de parcela significativa do salário com aluguéis, habitações carentes de saneamento, água tratada e urbanização, etc.).

As favelas e periferias das grandes e médias cidades brasileiras são o grande exemplo de áreas com carências profundas em que vivem as famílias incluídas no cálculo do déficit habitacional. Mike Davis, ainda que apontando a caracterização restritiva que fazem na definição de favela, cita estimativas do UN-Habitat, de que em 2005 mais de um bilhão de pessoas viviam em favelas nas cidades do mundo.[33] No Brasil, segundo o mesmo levantamento dessa agência da ONU, 26,4% da população morava em favelas. O IBGE tem uma definição ainda mais restritiva do que seja uma favela, por isso, segundo o Censo

---

[29] Mike Davis vem analisando o processo de militarização do espaço urbano, como estratégia de controle para uma Los Angeles repleta de sem-tetos, desde o seu clássico *Cidade do quartzo*, de 1990. (ed. brasileira, São Paulo, Boitempo, 2009). Para um texto mais sintético ver DAVIS, Mike. Fortaleza Los Angeles: a militarização do espaço urbano (1992), publicado no *Blog da Consequência*, https://blogdaconsequencia.com/2018/09/28/fortaleza-los-angeles-a-militarizacao-do-espaco-urbano/, última consulta em outubro de 2018.

[30] Um artigo da imprensa local sobre esses índices pode ser encontrado em http://www.latimes.com/local/california/la-me-latino-homeless-20170618-story.html, última consulta em outubro de 2018.

[31] Cf. LOWE, Frederick H. Report: blacks comprise more than 40 percent of the homeless population, disponível em http://www.northstarnewstoday.com/news/report-blacks-comprise-40-percent-homeless-population/, última consulta em outubro de 2018.

[32] BOULOS, Guilherme. *Por que ocupamos?* Uma introdução à luta dos sem-teto*,* 2ª. Ed., São Paulo, Scortecci, 2014

[33] DAVIS, Mike. *Planeta Favela,* São Paulo, Boitempo, 2006. p. 34

de 2010, cerca de 11,4 milhões de pessoas (6% da população) vivem em "aglomerados subnormais", definidos como áreas com ocupação irregular de pelo menos 51 unidades habitacionais consideradas carentes de serviços públicos e de urbanização. No mesmo censo, foram identificadas 6.329 favelas no país.[34]

Também no Brasil, quando combinamos a questão racial a esse aspecto das condições de reprodução da vida, o componente racial da desigualdade se revela plenamente. Segundo os dados do Censo de 2010, negros e pardos representam quase 2/3 dos moradores de favelas (sendo cerca de 52% da população total).

Em direção a uma conclusão

Iniciando a amarração dos fios soltos por essas digressões, cabe situar, ainda que brevemente, a complexa, porém inextrincável, relação entre as lutas contra a exploração do trabalho e as lutas que dizem respeito às condições de reprodução social, no quadro atual do capitalismo global. As lutas da classe trabalhadora relativas à exploração do trabalho estão longe de ter desaparecido. No Brasil, em meio à crise e ao crescimento do desemprego, 2016 foi o ano com maior número de greves na curva histórica dos registros do DIEESE, desde os anos 1980, com 2.093 greves registradas.[35] O total de greves no Brasil vem crescendo desde o início da década e, alcançou o patamar de 2.000 ou mais paralisações por ano a partir de 2013. Em abril de 2017 assistimos a uma greve geral de grandes proporções no país.

Nas grandes concentrações fabris da China, as greves passaram a ser uma constante nas últimas duas décadas. Marcel van der Linden registra:

> A Academia Chinesa de Ciências Sociais registrou que em 2006 havia mais de 60 mil dos assim chamados "incidentes em massa" (protestos populares feitos por trabalhadores assalariados e outros grupos, como camponeses e grupos semirreligiosos, como o *Falun Gong*) e mais de 80 mil em 2007. Desde então, as cifras que registram os "incidentes em massa" não mais foram publicadas, mas os especialistas acreditam que nos últimos anos esse número tenha aumentado.[36]

Apesar de toda a precariedade de um mercado de trabalho em que mais de 90% dos empregos são considerados informais, os conflitos laborais cresceram também na Índia nos últimos anos. Desde 1991, quando se iniciaram as reformas

---

[34] Cf. os dados do Recenseamento em https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000006960012162011001721999177.pdf, última consulta outubro de 2018.

[35] O *Balanço das Greves*, de 2016, do DIEESE, pode ser encontrado em https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2016/estPesq84balancogreves2016.htm, última consulta em outubro de 2018.

[36] VAN DER LINDEN, Marcel. "O trabalho em perspectiva global: um novo começo". *Revista Outubro,* nº 29, novembro de 2017. Sobre as greves na China, ver também NABUCO, Paula. "As 'recentes' greves na China", *Revista Outubro*, nº 20, 2012.

neoliberais, até 2017, a Índia viveu 17 greves gerais. A maior delas – provavelmente a maior da história da humanidade em número de trabalhadores e trabalhadoras envolvidos – ocorreu em 2 de setembro de 2016, quando entre 150 e 180 milhões de pessoas pararam em todo o país. Muitas das greves indianas recentes, como essa de 2016, tiveram por origem movimentos de trabalhadores e, especialmente trabalhadoras, de castas inferiores, em serviços como os de limpeza urbana.[37]

Greves no setor de serviços e, especialmente, nas áreas relacionadas à reprodução social vêm ganhando cada vez mais destaque, internacionalmente. Nos Estados Unidos, após décadas de declínio nas estatísticas de greve, no primeiro semestre deste ano de 2018 houve uma alteração significativa na curva. A mudança foi provocada, especialmente, por greves no setor da educação, a maioria delas puxadas por mulheres, professoras, nos estados de West Virginia, depois Oklahoma, Arizona, Kentucky e Colorado. Segundo Jeffery R. Webber, em 2017 foi registrado o segundo número mais baixo de paralisações envolvendo mais de mil trabalhadores e trabalhadoras desde que essas estatísticas começaram a ser feitas nos EUA, com apenas sete greves e 440 mil jornadas perdidas. "*Entre janeiro e maio de 2018, a maré virou, em grande parte como resultado da revolta das professoras: 16 paralisações do trabalho* [envolvendo mais de 1000 pessoas], *556.200 trabalhadores envolvidos e 1.885.200 jornadas perdidas*".[38]

No mesmo fórum de debates sobre essas greves de trabalhadoras da educação nos Estados Unidos, Tithi Bhattacharya analisou a pauta dos movimentos – centrada em salários, aposentadorias e assistência médica – destacando, porém, como aspectos centrais o fato de serem "*de um lado, uma resposta a décadas de ataques neoliberais aos salários e benefícios e de outro lado* [pôs-se] *a dignidade da profissão*". Segundo a mesma autora:

> Enquanto o período neoliberal assistiu a virulentos ataques sobre a educação pública, o período também foi marcado por uma contratendência – um crescimento sem precedentes em setores ligados à reprodução social. (...) Empregos em serviços tiveram um crescimento de 14,2 milhões entre 1990 e 2010 e mais da metade desses empregos estão na esfera da reprodução social, como assistência social, saúde e serviços de alimentação. Isso deu aos trabalhadores nesses setores – professoras e enfermeiras – um poder social único, que se confronta com sua completa falta de poder político.[39]

---

[37] Sobre a greve geral na Índia, ver PRASHAD, Vijay. Na Índia, a maior greve geral do mundo: 180 milhões cruzaram os braços, conforme https://medium.com/democratize-m%C3%ADdia/na-%C3%ADndia-a-maior-greve-geral-do-mundo-180-milh%C3%B5es-cruzaram-os-bra%C3%A7os-53c12db71951, última consulta em outubro de 2018.

[38] WEBBER, Jeffery R. Return of the Strike: A Forum on the Teachers Rebellion in the United States. *Historical Materialism*, conforme http://www.historicalmaterialism.org/articles/return-strike, último acesso em julho de 2018.

[39] Idem.

Um outro exemplo interessante de greves nos Estados Unidos neste ano de 2018 pode ser encontrado entre trabalhadoras e trabalhadores em hotéis, especialmente na cidade de Chicago. O perfil da categoria é majoritariamente feminino, com diversidade racial e presença de imigrantes, especialmente nos serviços de menor remuneração, como limpeza, vigilância, camareiras, etc. A lista de reivindicações inclui, como no caso das trabalhadoras em educação, salários, pensões e seguro saúde, mas ganham destaque questões como proteção contra o assédio sexual, fim das discriminações raciais e o direito de falar o idioma de origem no ambiente de trabalho.[40]

Não é casual que representantes dos movimentos na área de educação e no setor hoteleiro participem da organização da Greve Internacional de Mulheres nos Estados Unidos. Essa aglutinação de movimentos vem se articulando globalmente desde 2016 e nos dois anos seguintes promoveu chamados a manifestações e paralisações do trabalho (assalariado e não remunerado) de mulheres em diversos países que tiveram ampla acolhida e geraram algumas manifestações de massa e greves bem sucedidas no dia 08 de março, como na Espanha neste ano de 2018.[41] A plataforma do movimento inclui: direitos reprodutivos, combate à violência contra as mulheres, direitos trabalhistas e sociais, um feminismo anti-imperialista e antirracista e justiça ambiental. O slogan do grupo é "Feminismo das 99%".

A combinação dos fluxos migratórios do Sul para o Norte do globo com o crescimento da xenofobia e do racismo; a precarização das relações de trabalho, sendo vivida de forma agravada por populações da periferia e, mesmo no centro, por mulheres e os que no Norte são definidos como "não brancos", afrodescendentes em especial; está diretamente associada a uma deterioração das condições de reprodução da vida social das maiorias trabalhadoras. Todo esse quadro (e muito mais que aqui não haveria espaço para recuperar) tem sido agravado desde a crise de 2008, segundo os dados dos organismos internacionais já mencionados.

Não é necessário crer nas análises de intelectuais marxistas ou nas avaliações de grupamentos políticos revolucionários para concordar que essa situação social é potencialmente explosiva. Nesse caso, pode-se confiar no outro lado da luta de classes, constatando o crescente estágio de militarização da vida social que a classe dominante sente necessidade de impor como política de Estado para controlar o barril de pólvora que o capitalismo hoje não pode deixar de criar.

---

[40] Notícias sobre essas greves, ainda em curso quando da conclusão deste artigo, podem ser encontradas na página do sindicato Unite1 https://www.unitehere1.org/, última consulta em outubro de 2018.

[41] Sobre o movimento da Greve Internacional de Mulheres nos EUA, consultar sua página https://www.womenstrikeus.org/, sobre a greve na Espanha, que envolveu manifestações e paralisações em pelo menos 120 cidades, ver por exemplo uma matéria da imprensa local em https://elpais.com/economia/2018/03/08/actualidad/1520545956_654616.html, ambas as páginas consultadas em outubro de 2018.

Os Estados Unidos possuem 5% da população mundial e 25% da população carcerária do mundo, com mais de 2.200.000 presos. Há mais negros no cárcere hoje nos Estados Unidos do que havia escravos antes da Guerra Civil e da abolição. Em estados onde os negros chegam a cerca de um quarto da população, somam quase 70% dos encarcerados. Legislações aprovadas desde os anos 1980, em estreita relação com a doutrina da "guerra às drogas", criaram uma situação de exclusão social e política (inclusive do direito ao voto) para encarcerados e ex-detentos em condicional.[42] A relação entre o encarceramento em massa, racialmente desigual, e a funcionalidade do racismo na estruturação de um mercado desigual de oportunidades e formas de exploração do trabalho foi escancarada este ano nos Estados Unidos, por uma greve de presidiários contra o que definiram como exploração de trabalho análogo à escravidão nos presídios e em protesto contra as condições carcerárias e a supressão dos direitos dos presos e egressos do sistema.[43]

A União Europeia tem transferido anualmente cerca de 3 bilhões de euros para a Turquia manter quase 3 milhões de refugiados, a maioria deles concentrados em campos com condições subumanas de vida, enquanto patrulha o Mediterrâneo com vasos de guerra e cerca fronteiras verdes nos Balcãs, que passaram a ser defendidas com tiros de fuzil contra as desesperadas tentativas de buscar asilo por parte de populações bombardeadas no Sul do Globo, em guerras alimentadas pelas nações mais industrializadas no Norte.[44]

No Rio de Janeiro, que está em 2018 sob uma intervenção militar que sabemos se concentrar nas favelas, territórios em que vive a população trabalhadora mais precarizada, percebemos o quanto a classe dominante local teme as grandes concentrações de trabalhadores, aquelas que Marx apontava no século XIX como decorrência necessária da acumulação. A saída parece ser mantê-las preventivamente reprimidas, não apenas nos locais de trabalho, mas especialmente nos de moradia. E sabemos a letalidade desse processo. Foram 62.517 mortes violentas intencionais no país em 2016, segundo o Atlas da Violência 2018.[45] A imagem é de um Boeing com 170 passageiros caindo por

---

[42] Para um retrato da relação entre o encarceramento em massa nos EUA e a perpetuação da segregação racial, ver ALEXANDER, Michelle. *A nova segregação: racismo e encarceramento em massa*, São Paulo, Boitempo, 2017.

[43] Ver, por exemplo, o artigo de PILKINGTON, Ed. US inmates stage nationwide prison labor strike over 'modern slavery', disponível em https://www.theguardian.com/us-news/2018/aug/20/prison-labor-protest-america-jailhouse-lawyers-speak?CMP=Share_iOSApp_Other, última consulta em outubro de 2018.

[44] Sobre essa política de contenção da migração ver, por exemplo, a matéria da Agência France Press, UE ativa mais 3 bilhões de euros em ajuda para refugiados na Turquia, https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2018/03/14/interna_mundo,665974/ue-ativa-mais-3-bilhoes-de-euros-em-ajuda-para-refugiados-na-turquia.shtml ou esta outra de Andrei Netto, Imigração no Mediterrâneo cai e meta passa a ser a Espanha, em vez da Itália, https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,imigracao-no-mediterraneo-cai-e-meta-passa-a-ser-a-espanha-em-vez-da-italia,70002146304 , última consulta a ambas em outubro de 2018.

[45] IPEA. *Atlas da violência, 2018*, disponível em

dia, sem maiores comoções. Os mortos têm cor: a população negra registrou uma taxa de homicídios de 40,2 mortes por 100 mil habitantes; entre brancos, amarelos e indígenas, a taxa foi de 16.

Talvez estejamos já diante de um quadro em precisemos complexificar a compreensão do que dizem Marx e Engels no mesmo *Manifesto*, que abriu este artigo, quando afirmam que:

> Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das classes em conflito.[46]

No quadro atual de barbárie capitalista as classes e sua luta estão aí, como sempre, mas das guerras à militarização cotidiana das condições de reprodução da classe trabalhadora, o capital destrói a vida – uma destruição, neste caso, literal da classe – numa escala inimaginável no século XIX.

Por isso mesmo, devemos continuar a valorizar todas as greves e formas de luta que envolvem a classe trabalhadora na sua relação de exploração salarial pelo capital, mas também todas as lutas em torno do trabalho, assalariado ou não, e demais atividades envolvidas na reprodução social. Daí a centralidade hoje, para a luta de classes dos trabalhadores e trabalhadoras contra o capital, também dos movimentos de luta pela moradia, dos que enfrentam o racismo institucional, incluindo a "guerra às drogas" e o encarceramento em massa, das lutas pela dignidade e garantia de direitos das populações migrantes e de exemplos de mobilização social massiva e empolgante, como o das mulheres argentinas pelo direito ao aborto, neste ano de 2018, que ganhou repercussão mundial por sua defesa de uma outra política de saúde pública, garantia da vida das mulheres que estão morrendo (ou são presas) por abortos clandestinos e controle sobre seus próprios corpos (e sua capacidade reprodutiva).

Lembrando novamente as emblemáticas frases do maio de 68 francês, elas nos mostraram que "A beleza está nas ruas"!

Artigo recebido em 26.8.2018
Aprovado em 11.10.2018

https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf, última consulta em outubro de 2018.

[46] K. Marx & F. Engels. *Manifesto Comunista*, op. cit., p. 40.